

# FORMAÇÃO CONTINUADA DE FUNCIONÁRIAS(OS) DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR

**RESUMO:** Neste estudo, apresenta-se um relato de experiência sobre formação de funcionárias(os) escolares, não-docentes, desenvolvida no estágio curricular de psicologia escolar. Entende-se que o trabalho desses profissionais tem uma dimensão educativa central na construção da gestão escolar democrática. Portanto, realizam-se reuniões mensais de formação com as(os) funcionárias(os) das escolas, coordenadas por estagiários de psicologia escolar. Os temas trabalhados nesses encontros são: papel educativo das(os) funcionárias(os) escolares; desenvolvimento humano; desvalorização do trabalhador braçal; organização sindical e luta dos trabalhadores. Como resultados, tem-se a constituição do processo grupal e uma nova configuração da identidade profissional, articulada à compreensão da especificidade educativa do trabalhador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia escolar, administração educacional, trabalho em grupo, trabalhadores da educação.

## STAFF CONTINUING EDUCATION OF MUNICIPAL PUBLIC SCHOOLS: CONTRIBUTIONS OF SCHOOL PSYCHOLOGY

**ABSTRACT:** In this article, is presented a report of experience of education non-teaching school staff members in school psychology internship. The work with non-teaching staff is understood as a central educational dimension in the construction of democratic school management. Monthly education meetings are held with employees of the schools, coordinated by school psychology trainees. The topics studied in this meeting are: the educational role of school employees; human development; devaluation of manual worker; union organization and workers struggle. As results, we have the constitution of the group process and a new configuration of the professional identity, articulated to the understanding of the educational specificity of this worker.

**KEYWORDS:** School psychology, educational administration, group work, education workers.

**Profa. Dra. Flavia da Silva  
Ferreira Asbahr**

[flaviasfa@yahoo.com.br](mailto:flaviasfa@yahoo.com.br)

Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da UNESP de Bauru

**Profa. Dra. Larissa Figueiredo  
Salmen Seixlack Bulhões**

[larissabulhoes6@gmail.com](mailto:larissabulhoes6@gmail.com)

Docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras

## INTRODUÇÃO

A escola é um local privilegiado de educação e todos os seus espaços devem ter uma dimensão educativa. Isso significa compreender que os profissionais que trabalham na escola, além dos docentes, têm um papel educativo em seu fazer laboral. As(os) funcionárias(os) não-docentes se referem aos profissionais responsáveis pela alimentação, pela limpeza, pelos serviços técnicos administrativos, pela manutenção, pelo cuidado com as crianças, etc. Assim, garantir que esses trabalhadores possam ser devidamente formados para atuar como educadores é fundamental. Portanto, é no âmbito da formação de funcionárias escolares não-docentes que se insere a intervenção relatada.

Tal projeto, que será aqui relatado, realizou-se em um contexto de parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de um município do interior paulista e o departamento de psicologia de uma instituição pública de Ensino Superior do mesmo município, viabilizada por meio de um programa de extensão da universidade. Essa parceria se consolidou em 2010, a partir da demanda e necessidade da Secretaria de Educação em: (1) compreender os determinantes dos baixos índices evidenciados mediante o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), apresentados por algumas escolas da rede municipal; e (2) realizar intervenções nas unidades escolares de maneira a melhorar a qualidade do ensino ofertado. Diante desse cenário, implantou-se, nas escolas indicadas, o programa denominado Projeto Educação Sem Fronteiras (PESF), o qual, em concordância com a compreensão multideterminada dos fenômenos escolares, implicou em diferentes linhas de atuação da psicologia escolar, entre elas, a formação das funcionárias não-docentes das seis escolas participantes.

Entende-se que a formação desses trabalhadores fundamenta-se em duas justificativas primordiais. A primeira articula-se com a defesa de Paro (2007, 2000) no que se refere à educação para a democracia. Segundo o autor, a escola pública deve ser gerida de forma democrática, conforme explicita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), garantindo a participação de todos os seus atores, o que inclui funcionários não-docentes, cujo trabalho tem uma dimensão educativa central. A segunda justificativa se refere ao combate à desvalorização e à invisibilidade do trabalho manual na sociedade de classes. A seguir, será discorrido brevemente sobre essas duas temáticas.

No Brasil, o processo de legitimação do viés educativo dos funcionários não-docentes teve início na década de 1990, momento em que esses profissionais foram reconhecidos como segmento da categoria pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (BATISTA & BULHÕES, 2016). Contudo, ainda é considerado como um desafio a construção dessa nova identidade profissional no cotidiano das instituições de ensino.

Neste sentido, é fundamental a compreensão do papel que esses profissionais exercem no processo de formação integral dos alunos. A interação entre funcionários e estudantes se dá para além da sala de aula. Isto é, ocorre durante a entrada e a saída das aulas, os recreios, a hora da merenda, entre outros espaços. Nesses momentos, são firmadas relações interpessoais de confiança e cumplicidade, as quais devem estar em consonância com a proposta pedagógica da instituição, de modo a acentuar a promoção de saltos qualitativos e psíquicos em favor do desenvolvimento infantil. Por isso, justifica-se a importância de se refletir e elaborar coletivamente as concepções e os princípios educativos que permearão as atividades escolares dentro e fora da sala de aula, fornecendo espaços de escuta e expressão para todos os profissionais que atuam na escola.

Além disso, conforme Costa (2004), a intervenção busca questionar e superar o fenômeno da invisibilidade social que impera na sociedade de classes e adentra os portões das escolas. Esse fenômeno advém da divisão social do trabalho inerente à ordem econômica capitalista, a qual estabelece uma cisão entre as atividades manuais e intelectuais. Nessa separação, reproduz-se a lógica classista do sistema vigente, de modo que as atividades braçais, entendidas como marginais e secundárias, são reservadas aos membros da classe trabalhadora, por serem desprovidas de status e reconhecimento social, enquanto as atividades intelectuais – valorizadas por seu prestígio e sua remuneração – são direcionadas aos membros da elite econômica.

Ainda de acordo com Costa (2004), esse processo redonda na chamada invisibilidade social, cujos trabalhadores, que exercem atividades manuais, são desumanizados e têm sua identidade despersonalizada. Nesse sentido, sofrem de um desaparecimento simbólico nas instituições em que atuam, as quais lhes negam o direito de se posicionar e compor espaços deliberativos. Nas instituições de ensino, tal lógica é reproduzida ao se resumir o processo de aprendizagem apenas à relação entre professores e estudantes dentro da sala de aula, perdendo-se

de vista a dimensão educativa do trabalho dos profissionais não-docentes junto aos alunos no cotidiano escolar.

Deste modo, o trabalho de intervenção em tela se fundamenta na defesa de que a construção de escolas eminentemente democráticas deve superar as barreiras classistas e envolver todos os segmentos que constituem a instituição escolar na consolidação de sua função social. Defende-se aqui, portanto, que o processo de concretização dessa empreitada não pode prescindir da valorização e da participação ativa das funcionárias não-docentes.

Os principais objetivos para a formação dessas profissionais são: integrar o grupo e fortalecer os vínculos grupais entre as funcionárias da escola; refletir sobre a função social da escola e a dimensão educativa do trabalho das funcionárias e seu papel no processo de humanização dos alunos; valorizar as práticas cotidianas como fontes importantes de formação de valores; construir coletivamente propostas de trabalho que possibilitem às funcionárias contribuir para a concretização do projeto político-pedagógico nas escolas em que atuam.

## **METODOLOGIA DE TRABALHO**

Conforme citado anteriormente, são realizadas reuniões mensais de formação com as funcionárias das escolas participantes do projeto, incluindo merendeiras, serventes, inspetoras de alunos, cuidadoras e profissionais de apoio administrativo. As atividades são coordenadas por estagiários de psicologia escolar durante um ano letivo. Essas reuniões têm duração média de uma hora e meia e, para que todas as funcionárias possam participar, a equipe gestora da escola procura criar condições para que a rotina escolar seja viabilizada nesse período. Em uma das escolas, por exemplo, em que a reunião acontecia no horário de intervalo das crianças, a diretora e coordenadora organizavam-se para servir a merenda.

Como estratégias formativas, utilizam-se dinâmicas de grupo, rodas de conversa e discussão, recursos audiovisuais (filmes e músicas sobre os temas tratados), entre outras táticas que possibilitem a formação do processo grupal (MARTIN-BARÓ, 1989).

A denominação processo grupal resgata o caráter histórico e as múltiplas determinações econômicas, institucionais e ideológicas que atuam na formação de um grupo (LANE, 1984; MARTIN-BARÓ, 1989).

Deste modo, a construção da identidade grupal se condiciona à consciência e à reflexão de importantes fatores, tais como: os determinantes históricos que estabelecem o laço identitário entre os membros do grupo; as relações sociais que o subordinam; o papel exercido na dinâmica opressiva da sociedade de classes; a atividade grupal que o caracteriza e as demandas coletivas que dela redundam e que o mobilizam.

Esses pressupostos teóricos norteiam as atividades interventivas do trabalho em tela. Dentro dessas prerrogativas, nos diversos grupos, em seus diferentes momentos, alguns temas trabalhados merecem destaque por sua recorrência e importância. A saber:

1) Papel educativo das funcionárias escolares: esse é um dos primeiros temas a ser trabalhado. Discute-se o que é educação escolar, a função social da escola e a especificidade da escola pública como local privilegiado de acesso ao conhecimento humano-genérico para a classe trabalhadora (SAVIANI, 2011). Nesse contexto, o papel das funcionárias é discutido e são analisados exemplos e situações em que esses trabalhadores identificam sua função educativa.

2) Discussões sobre o desenvolvimento humano e o papel do adulto: amparados pelo arcabouço teórico da psicologia histórico-cultural, os estagiários promovem discussões sobre a importância da mediação no processo de desenvolvimento infantil, desmistificando concepções biologicizantes e psicologizantes que secundarizam o papel das interposições educativas na promoção de aprendizagens significativas. As reflexões sobre essa temática têm como objetivo demonstrar o papel fundamental dos profissionais escolares no processo de humanização do psiquismo infantil, instrumentalizando-os para que suas interações junto às crianças sejam intencionalmente voltadas para a promoção de saltos qualitativos no seu desenvolvimento (MARTINS, 2013).

3) Contexto de desvalorização das funcionárias não-docentes: ao reconhecerem seu papel como educadores, é comum as funcionárias relatarem situações em que são desvalorizados e pouco reconhecidos nesta função pelos próprios professores e alunos. A partir desses relatos, discute-se como foi produzida, historicamente, a divisão entre trabalho intelectual e manual na sociedade capitalista (MARX, 1983), situando as repercussões deste processo para o contexto educacional. Os temas da invisibilidade dos trabalhadores braçais (COSTA, 2004) e da humilhação social (GONÇALVES FILHO, 1998) também são debatidos.

4) Organização sindical e movimentos de luta dos trabalhadores: discute-se o histórico de lutas dos trabalhadores em âmbito global e sua importância para a garantia e consolidação dos direitos trabalhistas. Além disso, é feito um resgate da luta pela legitimação dos funcionários escolares como educadores no Brasil, delimitando os avanços alcançados pelas políticas de valorização dos trabalhadores em educação e apontando os elementos que ainda precisam ser conquistados (BRASIL,

2004). Por meio da articulação do histórico de lutas da categoria, a que os membros do grupo pertencem, objetiva-se a formação do processo grupal tendo como núcleo identitário a consciência de classe e a importância do fortalecimento da organização coletiva para que novas conquistas sejam alcançadas.

5) Projeto de vida, identidade e escolha profissional: uma demanda que aparece nos encontros entre funcionárias é a reflexão sobre suas escolhas profissionais, sua carreira, sua aposentadoria, bem como seus projetos de vida, e, no processo de pensar sobre esses temas, surge o debate sobre o papel do trabalho como elemento central na constituição da personalidade de cada um (LOENTIEV, 1983).

6) Gestão democrática, relações de poder e comunicação com gestores: dado que as instituições de ensino reproduzem a lógica autoritária e hierárquica da sociedade de classes, frequentemente, o trabalho com as funcionárias não-docentes esbarra na resistência da gestão escolar em abrir espaços legítimos de escuta e expressão das demandas desses profissionais. Deste modo, busca-se fortalecer o grupo no enfrentamento de tais situações, instrumentalizando seus membros para se organizarem na reivindicação pelo direito de comporem espaços deliberativos dentro da instituição de ensino como, por exemplo, o conselho escolar. Sob essa perspectiva, tem-se discutido sobre os limites estruturais da democracia burguesa e apresentado os debates, no campo marxista, relativos ao tema (TONET, 2009). Também, tem-se instrumentalizado as funcionárias sobre o funcionamento dos próprios instrumentos de controle social e gestão democrática do município, presentes no Plano Municipal de Educação (BAURU, 2012) e no Currículo Comum do Ensino Fundamental de Bauru (ZONTA et. al, 2016).

7) Temas específicos de acordo com as demandas do grupo: dependendo do momento que o grupo está vivendo, surgem demandas específicas de formação como, por exemplo, discussão sobre inclusão educacional, educação sexual, violência escolar, indisciplina, além de outras temáticas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA

Como principais resultados das intervenções, obteve-se a constituição do processo grupal articulada a uma nova configuração da identidade profissional. Com esse procedimento, asseverou-se a compreensão da especificidade educativa do trabalhador não-docente nas instituições de ensino e foi demarcada a importância da organização coletiva dos participantes em torno desse novo laço identitário. Desta forma, a ênfase nas necessidades individuais dos membros do grupo foi gradativamente substituída pelos interesses coletivos, os quais passaram a conformar a atividade e as demandas do processo grupal (MARTÍN-BARÓ, 1989). Tal dinâmica

redundou em articulações identitárias progressivamente mais coesas e soberanas, principalmente no que se refere ao movimento de questionamento e superação das determinações institucionais (FERNANDES 2015).

Ressalta-se ainda que, ao longo do trabalho, essas transformações na dinâmica de interação entre os participantes e a instituição foram alcançadas por meio da coadunação entre a reflexão e a ação (MEIRA & TANAMACHI, 2003). Ou seja, os avanços efetivos, no que diz respeito à concepção identitária dos profissionais, se consolidaram quando as formações teóricas e os debates realizados nos encontros resultaram em transformações na prática social (BULHÕES et. al., 2018). Portanto, as intervenções buscam oferecer respaldo para a solução concreta das demandas trazidas pelos participantes, de modo que a objetivação de pequenas mudanças, no espaço escolar, empoderassem o grupo na compreensão de seu protagonismo e da importância de seu trabalho na instituição.

Como exemplo desse processo, pode-se citar uma intervenção, em uma das escolas participantes, em que se criou um mural das funcionárias, confeccionado pelo grupo, o qual foi pendurado no pátio com o objetivo de tornar mais eficiente a comunicação com a gestão que, com frequência, fazia deliberações às pressas, sem consultar a opinião dos profissionais, além de cobrá-los, caso a tarefa não fosse atendida. A mediação do mural estabeleceu um espaço legítimo de comunicação com os trabalhadores, fundamentando a importância do respeito ao planejamento e consentimento do grupo na atribuição de novas tarefas. Ademais, o mural tornou-se uma forma de interação entre os próprios participantes, que deixavam bilhetes informativos e afetivos, assim como reportagens e notícias sobre a temática educacional, fortalecendo os vínculos identitários do grupo.

Destarte, essas pequenas conquistas cotidianas promovem a consciência de que novas configurações de respeito e visibilidade nas relações interpessoais são possíveis de serem alcançadas, de modo a fortalecer a importância dos espaços de debate e formação e promover a progressiva delimitação das reivindicações grupais e dos meios para concretizá-las.

Outro avanço importante foi a publicação nas propostas curriculares da Educação Infantil e do Currículo Comum do Ensino Fundamental do município, de capítulos voltados para a relevância do papel educativo dos funcionários não-docentes (BATISTA & BULHÕES, 2016; OLIVEIRA & DANGIÓ, 2016). Os registros demarcaram o posicionamento

da Secretaria Municipal da Educação em valorizar a especificidade da atuação dos funcionários no processo de ensino e aprendizagem e fortaleceram as atividades de intervenção com esses trabalhadores nos espaços escolares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo os resultados anunciados em vista, assevera-se que este trabalho se insere na perspectiva crítica da atuação do psicólogo escolar (PATTO, 1999; MEIRA & TANAMACHI, 2003). Nesse contexto, a intervenção do psicólogo supera a expectativa clínica e culpabilizante que caracteriza as posturas tradicionais e atua como mediadora das relações interpessoais nas instituições de ensino, norteadas pelo objetivo de construir articulações entre todos os segmentos envolvidos no comprometimento com um ensino promotor do desenvolvimento global dos estudantes.

Dentro desse prisma, a organização, de uma das vertentes do estágio em psicologia escolar voltada para a promoção da visibilidade do papel educativo dos profissionais não-docentes, leva o estudante de psicologia a atuar como mediador dos conflitos e promotor das reflexões e instrumentalizações necessárias para a construção de relações equânimes na dinâmica das demandas concretas do cotidiano escolar. Deste modo, entende-se que o projeto, aqui citado, contribui para a formação de profissionais críticos e conscientes de que seu papel nas instituições de ensino deve voltar-se para o questionamento das fragmentações interpessoais inerentes à lógica da sociedade de classes e para a conquista de espaços de escuta, expressão e deliberação essencialmente democráticos (PARO 2007, 2000).

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, J. B; BULHÕES, L. F. S. Funcionárias(os) da educação infantil também são educadoras(es). In: J. C. PASQUALINI; Y. N. TSUHAKO. (Org.). **Proposta Pedagógica para a Educação Infantil**. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, 2016. p. 705-712.
- BAURU. Secretaria Municipal da Educação. **Plano Municipal de Educação**. Bauru, 2011/2012. Disponível em: < <http://hotsite.bauru.sp.gov.br/pme/arquivos/arquivos/13.pdf> > . Acesso em: 19 set. 2017.

- BRASIL. Decreto-lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 23 dez. 1996.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação**: em cena, os funcionários de escola. Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em\\_cena.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em_cena.pdf). Acesso em:
- BULHÕES, L. F.; VALENTE NETO, A. B.; MARTINEZ, C. T.; HARMS, C.; ASBAHR, F. S. F. Formação de grêmios estudantis em escolas municipais: desafios e possibilidades. **Rev. Ciênc. Ext.** v. 14, n. 2, p. 97-113, 2018.
- COSTA, F. B. **Homens Invisíveis**: Relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.
- FERNANDES, L. V. **O processo grupal como resistência ao sofrimento e ao adoecimento docente: um estudo à luz da perspectiva histórico-dialética**. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social – um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>> . Acesso em:
- LANE, S. T. O processo grupal. In: LANE, S. T.; CODO, W. (Org.). **Psicologia social – o homem em movimento**. SP: Brasiliense, 1984. p. 78-98.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Sistema, grupo y poder**. *Psicología social desde Centroamérica II*. San Salvador: UCA, 1989.
- MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política – Livro primeiro: O processo de Produção do Capital. Volume 1, tomo 1, traduzido do alemão por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe – São Paulo: Nova Cultural, 1983.
- MEIRA, M. E. M.; TANAMACHI, E. R. A atuação do psicólogo em instituições de ensino. In.: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. (Org.) **Psicologia Escolar: Práticas Críticas**. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2003. p. 42-62.
- OLIVEIRA, C. A. M.; DANGIÓ, M. C. S. O papel dos funcionários não-docentes na educação escolar: uma nova cultura. In.: MESQUITA,

- A. M.; FANTIN, F. B.; ASBAHR, F. S. F. **Currículo comum para o ensino fundamental municipal de Bauru**. 2. ed. Bauru: Prefeitura Municipal de Bauru, 2016, p. 281-293.
- PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007. 120 p.
- PARO, V. H. Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga, v. 13, n. 1, p. 23-38, 2000.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. 458 p.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.
- TONET, I. Marxismo e democracia. In.: BORGES, L. F. P. e MAZZUCO, N. C. (Org.). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2009, p. 9-21.
- ZONTA, C.; FANTIN, F. C. B.; ASBAHR, F. S. F.; MEIRA, M. E. M.; SANTOS, S. M. P. Gestão democrática e instrumentos de representação: conselhos escolares e grêmios estudantis. In: MESQUITA, A. M.; FANTIN, F. C. B.; ASBAHR, F. S. F. (Org.). **Currículo Comum para o Ensino Fundamental Municipal**. 2 ed. Bauru-SP: Secretaria Municipal de Educação de Bauru, 2016, p. 263-279.

Submetido em: 16/07/2018

Aceito em: 06/09/2018